



Relator aponta crimes e quer julgamento de Dilma Rousseff

Gerardo Magela/Agência Senado



Anastasia apresenta o relatório final, ao lado de Ana Amélia e observado pelo advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo

Senador Anastasia apresentou ontem o relatório final, que será discutido hoje e deve ser votado amanhã pelos integrantes da Comissão do Impeachment

No documento de 441 páginas, Antônio Anastasia afirma que houve um atentado à Constituição com as chamadas pedaladas fiscais, o atraso em pagamentos da União a bancos públicos. Também considerou irregulares três decretos de abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso.

A Comissão do Impeachment discute o texto hoje e deve votá-lo amanhã. Aliados de Dilma apresentaram voto em separado pelo fim do processo, mas

esse documento só será analisado pelo colegiado se o parecer do senador Anastasia for rejeitado.

De qualquer modo, a decisão sobre a continuidade do processo contra a presidente afastada caberá ao Plenário. Caso seja confirmado, o julgamento final deve ter início entre 25 e 26 de agosto, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. A duração dependerá dos procedimentos adotados para a sessão, a ser conduzida pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. **4 e 5**

LDO de 2017 terá auditoria da dívida pública 3

Sem-terra sofrem violência no Paraná, aponta debate 8

PEC que desvincula receitas da União chega a Plenário 2

Novo código não vai restringir setor aéreo, diz relator 7

Comissão votará de novo projeto de jogos de azar 2



Renan Calheiros conduz sessão do Congresso que analisou vetos presidenciais

Congresso Nacional decide manter 14 vetos presidenciais

Deputados e senadores mantiveram ontem 14 vetos que a Presidência da República havia feito a projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional. Entre os vetos acatados pelos parlamentares, está o feito à proposta que criaria uma reserva de verbas do Programa Minha Casa, Minha Vida para as cidades com menos de 50 mil habitantes. O Executivo

vetou esse dispositivo sob o argumento de que ele não leva em conta as carências habitacionais dos municípios. Também foi mantido o veto à proposta que concederia incentivos tributários à produção de repelentes de mosquitos. Segundo o governo, a medida era inoportuna por causa das dificuldades financeiras do governo. **3**

Ministro garante que trabalhador não perderá direitos

A reforma que o governo interino vai propor não vai retirar direitos, de acordo com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Em audiência ontem, ele defendeu a atualização da legislação do setor para dar segurança jurídica aos trabalhadores e empregadores e a busca de uma pauta para combater o desemprego. **7**



Paulo Paim acompanha exposição de Ronaldo Nogueira, ministro do Trabalho

Cientistas cobram regulamentação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia

De acordo com cientistas, a falta de regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, sancionado há seis meses, vem

provocando atrasos em investimentos na área. O ministro Gilberto Kassab reconheceu que há uma "barreira" no governo à regulamentação. **6**



O ministro Gilberto Kassab e o senador Lasier Martins conversam no debate

Para especialistas, prazo beneficia produtores rurais

O novo prazo de 5 de maio de 2017 para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e de adesão ao Programa de Regularização Ambiental vai ampliar o número de pequenos produtores cadastrados de acordo com o novo Código Florestal. Essa avaliação resume a posição dos participantes da audiência realizada ontem sobre a MP 724/2016. O relatório do deputado Josué Bengtson pode ser votado hoje. **8**

Projeto dos jogos de azar volta a análise de comissão

Requerimento do relator, acatado pelo Plenário, argumenta que a proposta que legaliza cassinos e bingos precisa ser aperfeiçoada para evitar que a atividade seja usada para lavagem de dinheiro

AGENDA BRASIL

SERÁ REEXAMINADO PELA Comissão de Desenvolvimento Nacional o projeto que legaliza o funcionamento de cassinos, bingos, jogo do bicho e videojogos (PLS 186/2014). Os senadores aprovaram ontem em Plenário requerimento do relator, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), para que a proposta volte ao colegiado, no qual já havia sido aprovada. A comissão é responsável por analisar os projetos da chamada Agenda Brasil, definida pelo Senado com o objetivo de alavancar o crescimento econômico.

A justificativa de Bezerra é de que, após receber representantes de vários órgãos públicos, ficou evidente a necessidade de mudanças no projeto. Entre os órgãos que participaram de discussões com o senador, estão a Polícia Federal e o Ministério Público. Para Bezerra, é imprescindível aperfeiçoar o projeto para que os jogos de



Cassinos (como este nos Estados Unidos) podem voltar a ser permitidos no Brasil

azar não sejam usados para a lavagem de dinheiro.

Outro requerimento, de Magno Malta (PR-ES), contrário ao texto, pedia o exame pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O requerimento não foi aprovado.

Regras

O projeto, de Ciro Nogueira (PP-PI), determina quais jogos poderão ser explorados, os critérios para autorização e as regras de premiação e arrecadação de tributos. A

proposta também regulamenta o funcionamento das casas de bingo e determina que os cassinos funcionem em complexos integrados de lazer, construídos especificamente para esse fim, com hotéis e restaurantes.

O texto define requisitos de idoneidade para os sócios da pessoa jurídica que detiver os direitos de exploração de jogos de azar. Também proíbe que detentor de mandato eletivo (e seu cônjuge, companheiro ou parente em primeiro grau) explore a atividade.

Desvinculação de Receitas da União avança em Plenário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu ontem no Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU) com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2016 e validade até 2023. Foi a primeira de cinco sessões de discussão.

A PEC 31/2016 permite ao governo realocar livremente 30% das receitas obtidas com taxas, contribuições sociais e Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide), que hoje são destinadas por lei a órgãos, fundos e despesas específicos.

O texto aprovado na Câmara no início de junho é um substitutivo do deputado Laudívio Carvalho (SD-MG) e não permite a desvinculação da receita obtida com a contribuição do salário-educação, tributo

que financia programas da educação básica pública. A DRU também não poderá prejudicar o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que paga os benefícios previdenciários.

Os recursos desvinculados equivalem a quase R\$ 120 bilhões para este ano. Eles serão transferidos para uma fonte do Tesouro Nacional que é de livre movimentação. O principal objetivo da DRU é liberar verbas que estariam comprometidas com despesas específicas e ajudar o governo a cumprir a meta de resultado primário nas contas públicas. A meta deste ano é não ultrapassar um déficit de R\$ 170,5 bilhões.

A primeira versão do relatório sobre a proposta, apresentado na comissão especial sobre o tema, previa que a

DRU vigoraria até o final de 2019, mesmo prazo previsto originalmente na PEC elaborada pelo Executivo, ainda sob a gestão Dilma Rousseff. O texto aprovado amplia o prazo de validade da DRU até 2023.

O texto da Câmara também autoriza estados e municípios a instituírem o mesmo mecanismo fiscal até 2023. Nesse caso também poderão ser desvinculados 30% dos recursos arrecadados com taxas, impostos e multas, desde que preservadas algumas destinações, como saúde pública e pagamento de pessoal.

A DRU não incidirá sobre fundos criados pelo Poder Judiciário, pelos tribunais de contas, pelo Ministério Público, pelas procuradorias-gerais e pelas defensorias públicas, no âmbito dos estados.

(Com Agência Câmara)

Comissão temporária vai tratar de obras inacabadas

Por sugestão de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o Senado vai criar uma comissão especial temporária destinada a acompanhar, fiscalizar e propor soluções para as milhares de obras públicas inacabadas em todo o país.

O Plenário terá que aprovar o requerimento de criação da comissão especial, que

tem o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele disse que, além das cerca de 20 mil obras inacabadas espalhadas por todo o Brasil, há também centenas de obras que já tiveram os recursos empenhados, mas nem sequer foram iniciadas.

Na opinião de Renan, esse “cemitério de obras inacaba-

das” acarreta um “desperdício muito grande” de dinheiro público.

Os senadores Reguffe (sem partido-DF), Aécio Neves (PSDB-MG), Wellington Fagundes (PR-MT), Otto Alencar (PSD-BA), Hélio José (PMDB-DF) e Paulo Paim (PT-RS) também apoiaram a criação da comissão temporária.

Aécio propõe prioridade para votação da reforma política

Na sessão plenária de ontem, Aécio Neves (PSDB-MG) pediu prioridade para a votação da reforma política. Em julho, em reunião com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Rodrigo Maia, Aécio e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) protocolaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/2016 com dispositivos para reforçar a fidelidade partidária de políticos eleitos, estabelecer cláusula de barreira para

partidos políticos e extinguir a possibilidade de coligações nas eleições legislativas.

— Pode ser a grande iniciativa para resgatar minimamente a sintonia dos partidos políticos com a sociedade que eles devem representar — disse Aécio.

Renan Calheiros sugeriu a criação de uma comissão mista com um prazo rígido para tratar do tema, considerado por Aécio uma “necessidade emergencial”.

Requião quer informação sobre recusa de visto para investigado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem requerimento para que o Senado solicite ao ministro das Relações Exteriores, José Serra, esclarecimentos sobre suposta decisão dos EUA de negar visto de entrada a brasileiros investigados na

Operação Lava Jato.

— Há que prevalecer o princípio da presunção de inocência até o trânsito em julgado ou, no mínimo, condenação penal em segunda instância. Tal medida restritiva poderá gerar um indesejável conflito diplomático.

Agripino pede liberação de fundo para ações de segurança pública

Preocupado com a onda de violência que há cinco dias tomou conta de cidades do Rio Grande do Norte, José Agripino (DEM-RN) anunciou que vai apresentar projeto para liberar dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional

(Funpen) para situações de calamidade pública que coloquem em risco a segurança.

Para ele, a situação poderia ser evitada se a verba já pudesse ser usada, por exemplo, no aparelhamento da polícia e na construção de presídios.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CI Diretorias do Dnit

8h30 A comissão sabatina André Martins de Araújo, indicado para o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa do Dnit. Logo após, leitura de relatórios de duas indicações para o mesmo órgão: Halpher Luiggi Mônico Rosa, para o cargo de diretor-executivo, e Gustavo Adolfo Andrade de Sá, para diretor de Administração e Finanças.

CAS Desfibrilador cardíaco

9h A comissão pode votar o SCD 23/2015, que exige desfibriladores cardíacos em locais movimentados, e mais 6 itens.

CDR Estâncias turísticas

9h A comissão faz audiência para instruir projeto que define condições e requisitos para a classificação de estâncias turísticas.

CCJ Parcerias público-privadas

10h A comissão analisa o PLS 472/2012, que reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por estados e municípios, e mais 36 itens.

IMPEACHMENT Discussão do relatório

11h A comissão especial discute o relatório.

CDH Pessoas desaparecidas

11h30 Na pauta da comissão, estão o PLS 667/2011, sobre o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, e mais 14 itens.

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

MP 724/2016 Cadastro Ambiental Rural

14h30 A comissão da MP que prorroga o prazo do CAR analisa relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Congresso mantém 14 vetos presidenciais

Projetos sobre o Minha Casa, Minha Vida e sobre a Lei das Estatais estão entre os que tiveram vetos acatados pelos parlamentares ontem

O CONGRESSO MANTEVE todos os 14 vetos presidenciais analisados ontem. Ficou prejudicado um outro veto, ao artigo que definia a data da entrada em vigor da lei que tornou obrigatório o uso do farol baixo em rodovias também durante o dia. Como a lei já está valendo, perdeu-se a oportunidade para análise da proposta.

Dos sete destaques apresentados aos vetos, dois foram retirados e a votação do restante foi adiada para a próxima semana, em data a ser definida. Veja os vetos mantidos:

Minha Casa

Foi mantido o veto do Executivo à reserva de 10% da verba da União para a construção de imóveis do Minha Casa, Minha Vida em cidades com menos de 50 mil habitantes. O dispositivo vetado faz parte da Lei 13.274/2016, que é fruto de uma medida provisória, e havia sido acrescentado pela Câmara ao texto original.

Espírito Santo

O Congresso manteve veto do Executivo à liberação de R\$ 46 milhões para investimentos em infraestrutura de turismo e para repasses ao estado do Espírito Santo.

Circulação nas vias

O Executivo vetou, por contrariedade ao interesse público, dois itens da Medida Provisória 699/2015: o que proibia pedestre de interromper a circulação de vias e o que previa que órgãos estaduais poderiam ser penalizados em caso de descumprimento de orienta-

ções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Empregada gestante

Foi vetado parcialmente o PLC 76/2014, que proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres, sem prejuízo do salário. O veto atinge o item que assegurava à empregada nessas situações o pagamento integral do salário que vinha recebendo, incluindo o adicional de insalubridade.

Produtores rurais

Foi mantido veto a trecho do PLS 330/2011, que define regras para sistema de integração entre produtores rurais e indústria. O item vetado previa a adequação de contratos em curso. A justificativa do veto é de que a exigência de adaptação desses contratos viola o ato jurídico perfeito, previsto na Constituição.

Empresa solidária

O projeto que concede o Selo Empresa Solidária com a Vida às empresas que adotarem políticas para conscientizar e estimular os funcionários a doar sangue e medula óssea (PLC 38/2014) teve vetado trecho que assegurava às empresas inseridas no programa a citação em publicações promocionais oficiais.

Dívida rural

Foi aposto veto integral ao projeto de lei que permite novo financiamento ao agricultor que renegociar dívida de crédito rural sem amortizar as prestações do contrato anterior (PLC 87/2015). O texto havia sido aprovado pelo Senado no final de abril.

Produtos agrícolas

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/2016, que facilita



Senadores e deputados se reúnem em sessão do Congresso Nacional para votar manutenção ou derrubada de vetos

a concessão de seguro de crédito à exportação de produtos agrícolas sujeitos a cotas de importação em outros países, foi parcialmente vetado. O Executivo alegou que dispositivos incluídos no projeto (que deu origem à Lei 13.292/2016) ampliam o escopo de cobertura do seguro e do Fundo de Garantia à Exportação para investimentos no exterior, elevando o risco do fundo, com impactos fiscais relevantes à União.

Quitação

Foi mantido o veto parcial ao PLC 110/2011, que obriga as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a emitir recibo de quitação integral de débito de qualquer natureza, quando solicitado pelo interessado, no prazo de dez dias úteis. O artigo vetado definia a aplicação de penalidades às instituições. O projeto deu origem à Lei 13.294/2016.

Caminhoneiros

O PLV 8/2016, que estabelece melhores condições para o refinanciamento de dívidas de caminhoneiros e prorroga

o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), teve vetado o dispositivo que concedia mais prazo e desconto para agricultores quitarem débitos referentes ao crédito rural.

Setor elétrico

Foram vetados itens do Projeto de Lei de Conversão 11/2016, que ampliou o prazo para adesão à prorrogação antecipada de contratos de concessão do setor elétrico. Um deles estipulava em 30 anos, renováveis por igual período, o prazo de outorga de empreendimentos de geração de energia. Outro item permitia à Eletrobras cobrar os acréscimos destinados à cobertura de gastos operacionais e gerenciais de administração dos contratos de financiamento e devolver à Reserva Global de Reversão (RGR) todos os acréscimos usualmente aplicados em mercado.

Mosquito

O PLV 9/2016, proveniente da medida provisória de combate ao mosquito *Aedes*

aegypti, teve vetados artigos que concedem benefícios e incentivos tributários em várias situações, como a produção de repelentes, inseticidas, telas e mosquiteiros.

Reajuste

Foram mantidos vetos a dispositivos do PLS 553/2015, transformado na Lei 13.302/2016, que concedeu reajuste de 21,3%, dividido em quatro anos (até 2019), aos servidores do Senado. Um dos itens vetados previa a entrada em vigor imediata do aumento e a produção de efeitos retroativa a 1º de janeiro de 2016.

Estatais

O PLS 555/2015 — que, depois de sancionado, se transformou na chamada Lei de Responsabilidade de Estatais (Lei 13.303/2016) — teve vetados, entre outros dispositivos, o que proibia a participação do presidente da empresa no respectivo conselho de administração e o que definia a responsabilidade dos conselheiros da estatal em votações do conselho de administração.

Proposta da LDO agora prevê auditoria da dívida pública

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem a votação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. Depois de aprovar o texto-base (PLN 2/2016) na semana passada, a comissão votou destaques e emendas dos parlamentares.

Um dos destaques aprovados acrescenta à LDO a realização de uma auditoria na dívida pública no próximo ano. A emenda é do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que explicou:

— Toda a população brasileira sempre cobra saber quanto o Brasil paga e qual é a origem da dívida. Hoje o Orçamento é usado basicamente para rolagem da dívida e pagamento de juros. Ou seja, sobra muito



Parlamentares votam emendas à LDO, que agora vai para análise do Congresso

pouco para o investimento.

O Congresso já havia incluído a auditoria da dívida na LDO de 2016, mas o dispositivo foi vetado pela presidente afastada Dilma Rousseff.

Outros destaques aprovados pela CMO ontem prorrogam

até 2017 a autorização para que o poder público federal preencha 30 mil cargos, empregos e funções por meio de concurso público.

Em relação às passagens, uma emenda do deputado Nelson Marchezan Junior

(PSDB-RS) determina que servidores públicos e membros de alto escalão federal somente poderão viajar em classe econômica. A restrição não afeta parlamentares, ministros, desembargadores e chefes dos três Poderes.

A LDO agora precisa ser votada pelo Plenário do Congresso. O relator do texto, senador Wellington Fagundes (PR-MT), garantiu que há acordo para aprová-la.

Wellington afirmou que o dispositivo mais importante da LDO é o que impede o Executivo de incluir na proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) — que será entregue até o fim do mês — novos impostos que ainda estejam pendentes de aprovação pelo Congresso.

— O governo não poderá lançar mão de nenhum novo imposto que não tenha sido aprovado até essa data [de envio da LOA]. Ou seja, o governo não poderá criar a CPMF e outros impostos que venham a onerar ainda mais a população brasileira.

Créditos

Ainda ontem, a CMO aprovou projetos que liberam créditos orçamentários: a MP 736/2016, que disponibiliza R\$ 2,9 bilhões para a segurança das Olimpíadas, o PLN 5/2016, que libera R\$ 1,9 bilhão para cobrir a operacionalização de políticas públicas por bancos públicos, e o PLN 8/2016, que concede R\$ 1,1 bilhão ao Ministério da Educação.

Senador Anastasia apresentou relatório final à Comissão do Impeachment, que volta a se reunir hoje para discutir o parecer e amanhã para votar o texto. Independentemente do resultado, documento será enviado ao Plenário

Para relator, Dilma violou Constituição e deve ser julgada

O RELATOR DA Comissão do Impeachment, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), apresentou ontem o parecer final em que defende a procedência da acusação e o prosseguimento do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. O relatório será discutido hoje e deve ser votado amanhã pelo colegiado. Independentemente do resultado, será enviado ao Plenário.

Em um texto de 441 páginas, Anastasia afirma que há a presença de materialidade de crime e indício de autoria, o que o levou a votar pela pronúncia de Dilma. Ou seja, na avaliação do senador, a presidente afastada deve ser levada a julgamento pelos 81 senadores.

Para Anastasia, Dilma violou a Constituição ao praticar as chamadas pedaladas fiscais, atrasando pagamentos da União a bancos públicos para execução de despesas, e ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso.

Ao concluir o voto, o relator fez considerações sobre a situação econômica do país, afirmando que a “expansão insustentável” do gasto público está associada à crise que o Brasil vive hoje.

— Os artifícios fiscais utilizados para a expansão do gasto implicaram perda de confiança dos agentes econômicos, dos investidores, das pessoas físicas, nos números da economia e no futuro da economia e, hoje, perda do grau de investimento do Brasil pelas principais agências de classificação de risco — afirmou. O parlamentar classificou de grave a conduta da presidente,



Observado pelo presidente da comissão, Raimundo Lira, Anastasia afirma que gestão Dilma instaurou “vale-tudo orçamentário”

que, na opinião dele, foi conivente com desmandos na gestão das contas públicas.

— Instaurou-se um vale-tudo orçamentário e fiscal que trouxe sérias consequências negativas para o país. No âmbito das finanças públicas, o realismo deve sempre prevalecer sobre o formalismo, para não comprometer a credibilidade do governo, para não termos desequilíbrio fiscal acompanhado do aumento do desemprego, da inflação, do endividamento e da queda de confiança dos agentes econômicos — considerou.

O relator disse que o voto dele não foi feito para contrastar o mandato de Dilma Rousseff com índices críticos de impopularidade e com o sentimento de rejeição demonstrado pela população nas redes sociais.

— Igualmente, não se cuida de uma revisão da biografia da mandatária da nação, que a

história de cada qual se escreve com a pena da verdade da própria consciência, que o discurso não desconstrói, que a mídia não pode apropriar por inteiro, que a dimensão coletiva não é capaz de testemunhar — declarou.

Responsabilidade

Dos seis decretos apontados inicialmente como irregulares pela denúncia que motivou o processo de impeachment, o relator considerou três, que, segundo ele, foram incompatíveis com a meta de resultado primário nas contas públicas vigente em 2015.

— Na ausência de uma vinculação à meta, o Orçamento se tornaria uma autêntica peça de ficção, que autorizaria despesas à revelia da efetiva disponibilidade de recursos — disse.

Sobre as pedaladas, Anastasia considerou tratar-se de empréstimo de um banco público — no

caso, o Banco do Brasil — a União, prática vedada pelo artigo 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo ele, o interesse público dessa proibição se dá porque os bancos operam não apenas com recursos próprios, mas da sociedade em geral. E operações temerárias põem em risco tanto o patrimônio dos acionistas controladores quanto dos correntistas e investidores.

— Operações de crédito entre instituições financeiras e seus controladores são vedadas tanto no setor público quanto no privado. Trata-se de norma básica de regulação bancária, adotada internacionalmente. Procura-se evitar que a promiscuidade de interesses leve as instituições financeiras a atuarem temerariamente na concessão de crédito, em benefício dos controladores.

Leia a íntegra do parecer: <http://bit.ly/relatorioAnastasia>

O que diz o relatório final

▶ Pedaladas fiscais
A gravidade dos fatos constatados não deixa dúvidas quanto à existência de um “atentado à Constituição”, e não apenas de meras formalidades contábeis.

▶ Decretos
Ao abrir créditos suplementares e contingenciar despesas com base em projeto de lei pendente da apreciação do Parlamento, a presidente da República revelou não apenas desconsideração pelos mais elementares princípios de responsabilidade fiscal, mas absoluto desrespeito ao Congresso Nacional.

DECRETOS CONSIDERADOS PELO RELATOR

Decreto 14.242, editado em 27/7/2015, no valor de R\$ 1,7 bilhão

Decreto 14.244, editado em 27/7/2015, no valor de R\$ 29,9 milhões

Decreto 14.260, editado em 20/8/2015, no valor de R\$ 600,3 milhões

▶ Lições
Três são as lições que devem ser consideradas pela sociedade brasileira nesse processo de impeachment: o descontrole fiscal compromete a sustentabilidade das políticas públicas de serviços fundamentais para a sociedade; o desequilíbrio das contas públicas amplia o endividamento público e impacta vários indicadores econômicos; o Poder Legislativo, que é a caixa de ressonância da sociedade, não pode ter suas funções constitucionais de fiscalização e controle do Orçamento usurpadas pelo Executivo.

▶ Gastos públicos
O que se observou foi uma política expansiva de gasto sem sustentabilidade fiscal e sem a devida transparência, com o uso de operações que passaram ao largo da legislação e das boas práticas de gestão fiscal e orçamentária, assim como a recusa em se interromper o curso danoso dos eventos pela autoridade máxima do país, que detinha o poder e as informações necessárias, em última instância, para ordenar e fazer cessar as irregularidades.

▶ TCU
Este processo não trata de manobras fiscais que teriam sido igualmente executadas em governos anteriores. Pela primeira vez, sob a Constituição em vigor, um presidente da República teve a recomendação de rejeição de suas contas pelo TCU, e em decisão unânime de seus ministros.

▶ Princípios
A presidente descumpriu princípios que regem não apenas a administração pública, mas o Estado de direito, tais como: planejamento (projeções de receitas superestimadas e despesas subestimadas), transparência (transações omitidas nas estatísticas fiscais), moralidade (não correção de rumos, após alertas do TCU).

▶ Condutas típicas
Praticadas por Dilma Rousseff e consideradas pelo relator, previstas como crimes de responsabilidade na Lei 1.079/1950:

- Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.
- Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais.
- Ordenar ou autorizar a abertura de crédito com inobservância de prescrição legal.
- Contrair empréstimo ou efetuar operação de crédito sem autorização legal.
- Deixar de promover ou de ordenar na forma da lei a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei.

Julgamento final deve começar no dia 25 ou 26 de agosto, anuncia Renan

O julgamento final da presidente afastada Dilma Rousseff no processo de impeachment deve ter início em 25 ou 26 de agosto e poderá durar até cinco dias.

A informação foi dada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele explicou que a duração do julgamento final vai depender dos procedimentos a serem adotados na sessão e do tempo a ser usado pelas cinco testemunhas de defesa, pelas cinco testemunhas de acusação e pelos senadores nas eventuais manifestações no Plenário.

O presidente do Senado adiantou que fará uma reunião amanhã para definir os procedimentos. O julgamento final será conduzido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski.

Renan garantiu que, caso necessário, o Senado trabalhará no sábado e no domingo.

— Se estabelecermos princípios para a oitiva das testemunhas, o prazo para a defesa e a acusação, o número de questões de ordem e se cada senador vai usar ou não a palavra, vamos ter dados para planejamento. Enquanto não soubermos esses dados, não saberemos dizer a hora exata da votação — explicou o presidente do Senado.

Inicialmente, o julgamento final estava previsto para começar no dia 29. Para Lindbergh Farias (PT-RJ), a antecipação para o dia 25 é resultado de “pressão política” exercida pelo presidente interino Michel Temer:

— Se não abrir mão disso, vamos aumentar o número de testemunhas. Se Temer está fazendo pressão para acelerar o processo, vamos usar os direitos regimentais, e o nosso direito é ter 40 testemunhas no Plenário. Queremos que a discussão ocorra nos prazos certos, que o julgamento seja justo, que fique claro que não estamos nessa correria para encerrar tudo. O que o presidente interino quer é um julgamento célere, rápido — contestou Lindbergh.

— Temem não me faria esse apelo. Conversamos sobre a pauta legislativa do semestre, as perspectivas econômicas. Enquanto eu for presidente do Senado, não vou participar direta ou indiretamente de formação de governo, não vou indicar nem vetar ninguém. Entendo que, quando começa a participar da formação do governo, o presidente do Senado perde a independência. Até 1º de fevereiro de 2017, isso não ocorrerá — afirmou.

Reunião com Temer

Renan negou haver divergência de datas e observou que “qualquer demora será ruim para todos os lados”. Segundo ele, as datas do julgamento são aquelas já previstas no final do semestre passado.

O presidente do Senado garantiu ainda que não há pressão para

mudança na data do julgamento por parte de Temer, com quem se reuniu ontem.

— Renan negou também que ele e Lewandowski estejam exercendo “pressão em função de interesses menores”, em relação à conclusão do processo movido contra Dilma.

— Nunca existiu e não existirá. Vamos priorizar o interesse nacional. Este processo está sendo conduzido com absoluta isenção pelo presidente do Senado e pelo presidente do STF e isso será observado até o momento final.

Ele disse que o direito de defesa de Dilma não está ameaçado e que estão sendo seguidos todos os prazos estabelecidos pela legislação e pela Constituição. Renan garantiu que o Senado tem condições de concluir o julgamento antes do final de agosto.

— Eu vou trabalhar efetivamente para concluirmos até o final do mês. A lei manda que levemos em consideração os prazos, e esses prazos serão observados — afirmou.

Renan lembrou que não votou na admissibilidade do processo contra Dilma e disse que tampouco votará pela pronúncia ou pela impronúncia e no julgamento final.



Segundo Renan Calheiros, não há pressão de Temer por julgamento acelerado

Petrobras

Ontem Renan também conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e disse que aguarda a votação do projeto que prevê o fim da participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal, aprovado no Senado em fevereiro e encaminhado para exame dos deputados.

Segundo o presidente do Senado, a prioridade será dada aos projetos que tratam da Desvinculação das Receitas da União (DRU), da renegociação da dívida dos estados, da limitação de gastos públicos e da securitização da dívida.

Com voto em separado, senadores aliados da presidente afastada defendem o fim do processo de impeachment

Senadores que defendem Dilma Rousseff pediram “o sepultamento definitivo” do processo contra a presidente afastada. Eles apresentaram voto em separado, contrário ao parecer do relator da Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia, que sugere o prosseguimento do julgamento. O texto só será discutido e votado na comissão especial se o relatório de Anastasia for rejeitado.

Os aliados de Dilma Rousseff negam fundamento às denúncias que embasaram a abertura do processo de impeachment. O voto em separado foi lido ontem, na comissão especial, por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Kátia Abreu (PMDB-TO).

— É chocante a ausência de provas contra a presidente Dilma, que foram “catadas” a qualquer custo apenas em opiniões visceralmente apaixonadas, mas sem lastro no ordenamento pátrio — afirmou Kátia Abreu.

O texto é assinado também por Lindbergh Farias (PT-RJ), Humberto Costa (PT-PE), Telmário Mota (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN) e Randalfe Rodrigues (Rede-AP).

No voto em separado, os parlamentares mencionam a conclusão do procurador do Ministério Público Federal Ivan Cláudio Marx, pela inexistência especial se o relatório de Anastasia for rejeitado.

— Caiu por terra todo o discurso jocoso e desrespeitoso da oposição e desrespeitoso da oposição — declarou Vanessa Grazziotin.

Quando à edição de decretos de crédito suplementar se a autorização do Congresso Nacional, os aliados de Dilma citam análise de peritos para afirmar que os atos foram amparados em



Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann e Kátia Abreu, ao lado de Ana Amélia (2ª à dir.): as três senadoras leram voto a favor de Dilma

“pareceres técnicos e jurídicos unânimes”.

Afirmam ainda que, em 2015, o Executivo cumpriu as metas de resultado primário, não sendo procedente a denúncia de que os decretos de suplementação de crédito desrespeitaram a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Dar prosseguimento ao processo significa a consolidação de um golpe! Golpe que, mesmo sem o uso das armas,

desrespeita a ordem jurídica, fere a soberania popular e enfraquece a democracia brasileira — frisou Vanessa Grazziotin.

Os signatários do voto em separado apontam irregularidades no processo de impeachment, desde a aceitação da denúncia contra Dilma Rousseff pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

A atitude de Cunha, dizem, foi motivada por vingança pelo fato

de a bancada do PT ter apoiado processo contra o deputado no Conselho de Ética da Câmara.

Para os aliados da presidente afastada, houve desvio de finalidade, pois as alegações dos deputados que votaram pelo impeachment não tinham relação com as denúncias, se restringiram a críticas ao governo e à presidente da República.

— Foi utilizada toda espécie de argumentos, dos mais patéticos

aos mais ultrajantes, não só à figura da presidenta, como às conquistas democráticas obtidas por nosso povo — completou Gleisi Hoffmann.

No voto em separado, os autores afirmam ainda que Dilma Rousseff é vítima de preconceito de gênero e misoginia.

— Primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil, Dilma tem sido vítima de xingamentos sexistas, de deprecição da figura feminina e outras violências que a atacam enquanto mulher. O processo ocorre desde as eleições de 2010, mas se agravou sobremaneira nos últimos anos, quando as ações pelo golpe começaram a ser engendradas — ressaltou Vanessa Grazziotin.

Frente às argumentações reunidas no voto em separado, os parlamentares que defendem a presidente afastada dizem haver segurança técnica e certeza jurídica para orientar o voto contrário à continuidade do processo de impeachment.

Comissão decide não ouvir procurador que pediu para arquivar investigação

A Comissão do Impeachment decidiu não ouvir o procurador da República no Distrito Federal Ivan Marx, que pediu, em julho, para arquivar investigação com a finalidade de apurar eventual crime em decorrência das pedaladas fiscais. O requerimento foi apresentado ontem pelos senadores Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias.

O presidente do colegiado, Raimundo Lira, disse que a manifestação do procurador não configura circunstância suficiente para a reabertura da instrução processual. Por isso, indeferiu o requerimento, decisão apoiada pela comissão.

O colegiado acolheu também a decisão de Lira de não excluir do processo os atrasos de repasses do Plano Safra.

Um dos signatários do requere-

mento, Lindbergh defendeu a suspensão da leitura do relatório de Antonio Anastasia pelo fato de as pedaladas constituírem um dos principais argumentos dos defensores do impeachment. Para Lindbergh, o procurador entendeu que não há crime no atraso dos repasses do Plano Safra ao Banco Central e uma auditoria do Senado concluiu que não há prova da participação de Dilma na operacionalização desse programa.

— Sem crime e sem prova, não há como o processo ter prosseguimento — disse Lindbergh.

O advogado da presidente afastada, José Eduardo Cardozo, endossou os requerimentos e disse que as pedaladas constituem “pedra angular” do argumento dos defensores do impeachment. Segundo Cardozo, se

esse argumento for destruído, “cai por terra” a justificativa para o afastamento de Dilma. Ponderações semelhantes foram feitas por Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu e Humberto Costa.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), porém, disse que o pedido do procurador limita-se à esfera criminal e que ele anunciou a continuidade do processo por improbidade administrativa, com a apuração das responsabilidades dos participantes. Para Marx, todos os atos seguiram o objetivo de maquiagem as estatísticas fiscais, utilizando-se do abuso do poder controlador por parte da União e do “drible” nas estatísticas do Banco Central.

Advogado de acusação no processo, João Correia Serra considerou encerrada a fase

de julgamento do processo de impeachment, de julgar a presidente afastada.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) advertiu que, apesar do argumento da defesa de Dilma sobre um possível fato superveniente (que vem depois), as declarações do procurador constam das alegações finais da presidente afastada e foram levadas em conta no relatório de Anastasia. Para o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a comissão tem assegurado amplo direito de defesa a Dilma.

Visitação ao Congresso será restrita hoje a grupos já agendados e suspensa amanhã

O funcionamento do Programa Visite o Congresso sofrerá alterações devido às reuniões da Comissão Especial do Impeachment. Hoje a visitação

ao Congresso funcionará apenas para grupos previamente agendados. Amanhã, quando ocorrerá a votação final do relatório sobre o impeachment

na comissão, o programa estará suspenso.

Outras informações podem ser obtidas na página na internet do programa de visitação.

O site oferece também o tour virtual ao Senado e à Câmara.

Acesse o site do programa: www.congressonacional.leg.br

Cientistas pedem MP que alavanque pesquisas

Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação foi sancionado há seis meses, mas ainda precisa de regulamentação, o que poderia ser feito por meio de medida provisória

O GOVERNO E a comunidade científica precisam se esforçar para que o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação seja logo regulamentado, pois a demora vem atrasando investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Esse foi o principal teor dos debates do seminário sobre o marco legal realizado ontem pelo Senado e pela Câmara. A Lei 13.243 foi sancionada com vetos há seis meses.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, disse que o vácuo na lei provoca insegurança jurídica e que seu ministério é favorável à edição de uma medida provisória que regulamente a lei. Kassab, porém, ressaltou que isso não depende do ministério. Por essa razão, ele sugeriu que o Congresso dê caráter de urgência ao PLS 226/2016, que reinsere na lei os tópicos que receberam veto presidencial. O projeto foi proposto pelo senador Jorge Viana (PT-AC) e conta com o apoio do líder do governo interino de Michel Temer, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— Estou lutando por uma MP, mas há uma barreira no governo. Vamos andar com o projeto e continuar lutando pela MP — disse Kassab.

O ministro insuflou a comunidade científica a participar da consulta pública para a regulamentação da lei e recomendou que se crie um grupo de trabalho com as mesmas instituições que participaram da elaboração da lei para dar contribuições à normatização.

Isenção de imposto

Essa também foi a opinião da presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader:

— O ministério pode ser o indutor do funcionamento do grupo para uma regulamentação rápida. Já perdemos muito tempo.

A comunidade científica sugere o restabelecimento do artigo que isentava da contribuição previdenciária as bolsas



O senador Lasier Martins (C), ao lado do ministro Gilberto Kassab (3º à esq.), conduz o debate sobre o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação

concedidas para projetos de pesquisa de alunos de alguma instituição científica, tecnológica e de inovação (ICT).

Os cientistas também defendem o retorno da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas, equipamentos e instrumentos destinados à pesquisa científica.

Oposição da Receita

Outro trecho que eles querem retomar é o que dispensa a administração pública de realizar licitação na contratação de empresas com faturamento de até R\$ 90 milhões anuais para prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados com aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos.

De acordo com Kassab, foi a Receita Federal que propôs os vetos impostos ao projeto e, por isso, ela tem dificultado a assinatura de uma medida provisória.

Para convencer a equipe econômica e ouvir os argumentos dos contrários, o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT) do Senado, Lasier Martins (PDT-RS), sugeriu uma audiência com os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira.

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuni-

cação e Informática (CCTCI) da Câmara, Izalci (PSDB-DF), afirmou:

— Temos que incentivar, pedir, implorar, já que tem unanimidade de aceitação para a MP. Se a questão está no Planejamento e na Fazenda, vamos conversar. Isso é um caso de urgência e relevância para o país. Precisamos sair da crise e só sairemos com ciência e tecnologia.

O arcabouço legal de ciência, tecnologia e inovação — com a Lei de Inovação e a Emenda Constitucional 85, que institucionalizou o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação — dá mais transparência e harmonia à pesquisa e ao desenvolvimento no Brasil, frisou o secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, Jailson Bittencourt.

Público e privado

Ele destacou uma série de facilidades criadas a partir do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, como a maior interação entre as universidades e as empresas, a ampliação da participação de pesquisadores acadêmicos nas ações empresariais, a possibilidade de utilização de laboratórios das universidades públicas pelos pesquisadores privados e até mesmo a facilita-

ção na importação de insumos e instrumentos de pesquisa.

— O maior contingente de pesquisadores está no meio acadêmico, não no meio empresarial. Juntar os dois é essencial — afirmou o secretário.

Burocracia

Para que esse auxílio ao setor se concretize e se amplie, acrescentou Bittencourt, é preciso retomar os trechos vetados do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que afetam especialmente a segurança jurídica para os contratos.

O vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino, citou a burocracia a que precisam se submeter os pesquisadores.

Ele criticou o “labirinto devastador” de prestações de contas, os atrasos no repasse de verbas, o excesso de detalhamentos e toda a complicação com detalhes ínfimos que muitas vezes dificultam a renovação de convênios e suspendem os recursos, freando as pesquisas.

— O sistema de controle não consegue ser sensível e entender que isso paralisa a própria redenção do país? É a burocracia que ataca a

ciência, paralisa o trabalho do pesquisador com a perda de foco e a cultura da norma. Inflexível, ela não se adapta ao processo de criação — afirmou Peregrino.

O deputado e ex-ministro da Ciência e Tecnologia Celso Pansera (PMDB-RJ) defendeu um trabalho de “quebra da cultura” de apego excessivo à norma, que é imobilizante nesses casos.

Indústria forte

A diretora de Inovação do Instituto Euvaldo Lodi, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, defendeu o aprimoramento do sistema de financiamento, para que ele seja capaz de alavancar o sistema privado, já que o país não pode se desenvolver “sem uma indústria forte”.

Ela criticou a demora, por culpa da equipe econômica, na edição da medida provisória. A MP, a seu ver, traria mais segurança jurídica ao investidor.

— É preciso fazer um ajuste fiscal, mas também é preciso planejar e agir para o futuro. Temos que focar nossa ação. Não adianta falarmos só entre nós. Temos que convencer quem é contrário — disse, referindo-se à Fazenda, ao Planejamento e ao Tesouro Nacional.

O seminário foi proposto pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Segundo Ronaldo Nogueira, a proposta de reforma trabalhista deve ser apresentada na primeira quinzena de dezembro

Ministro diz que direitos trabalhistas serão mantidos

Proposta do governo, segundo Ronaldo Nogueira, vai buscar combater o desemprego e a insegurança jurídica no setor

NENHUM DIREITO DOS trabalhadores será retirado na reforma que o governo interino vai propor, segundo o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Ele fez a afirmação ontem, em audiência pública conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

O ministro defendeu uma atualização da legislação trabalhista para dar segurança jurídica aos trabalhadores do país. A intenção, de acordo com ele, é criar uma pauta consensual entre empregadores e trabalhadores para combater o desemprego. Nogueira disse que tem visitado as centrais sindicais e as instituições dos empregadores sempre com o mesmo discurso.

— A fala que eu tenho para o trabalhador eu também tenho para o empregador. Porque, quando você tem a mesma fala, isso dá credibilidade e você oferece parâmetros mais fiéis para a construção de uma pauta consensual para combater o inimigo comum, que é o desemprego — afirmou.

Os senadores manifestaram preocupação com o desemprego e com a possível retirada de direitos dos trabalhadores. Regina Sousa (PT-PI) questionou o ministro quanto às propostas do governo que tramitam no Congresso. Segundo a senadora, todas retiram direitos trabalhistas.

Paulo Rocha (PT-PA) e Paulo Paim (PT-RS) também fizeram críticas aos temas que tramitam no Congresso, como as propostas sobre terceirização (PLC 30/2015), prevalência do negociado sobre o legislado (PLV 18/2015), definição de trabalho escravo (PLS 432/2013) e reforma da

Previdência (em elaboração pelo governo). Segundo Paim, que é relator de alguns desses projetos, se depender dele, não serão aprovados.

Waldemir Moka (PMDB-MS), Ana Amélia (PP-RS) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmaram que propostas que retirem direitos dos trabalhadores não serão aprovadas no Congresso e manifestaram apoio ao ministro na luta contra o desemprego.

Comprovante

Nogueira garantiu que o Congresso é que vai decidir sobre as propostas.

— Não há nenhuma hipótese de nenhum direito do trabalhador ser subtraído. Nenhuma hipótese de parcelamento de 13º, fatiamento de férias, revogação do fundo de garantia do trabalhador ou de abono a que ele tenha direito. O trabalhador terá a garantia de que seus direitos serão preservados — destacou.

O ministro disse que pretende colocar na lei a obrigação de a empresa prestadora de serviço comprovar o pagamento dos salários aos funcionários.

— Nós pretendemos na primeira quinzena de dezembro ter esse trabalho concluído, encaminhar para o Congresso, até porque é aqui que vai ter o debate de aperfeiçoamento dessa proposta — afirmou.

Atualização

Nogueira afirmou que o ministério está trabalhando em três pontos: a atualização da legislação trabalhista, o estímulo à negociação coletiva e a questão da terceirização.

O problema da legislação desatualizada, segundo o ministro, não está na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas em leis complementares, súmulas, normas e portarias que surgiram a partir da década de 70, contrariando a própria CLT e gerando

interpretações subjetivas.

— Se faz necessária uma atualização dessa legislação esparsa, para que a interpretação pelo trabalhador, pelo empregador e pelo juiz seja a mesma — defendeu.

Em relação ao projeto que pretende sobrepor o negociado sobre o legislado, incluído como alteração na MP 680/2015, o ministro afirmou que não o apoia. Ele disse que pretende prestigiar a negociação coletiva com o marco regulatório da atividade sindical.

— Nós vamos definir os parâmetros da representação sindical da base e o sindicato, que representa a categoria como um todo, quer seja associado do sindicato ou não. Nós pretendemos dar a legitimidade para o sindicato, para que, na homologação da rescisão, não precise ter o Ministério do Trabalho e o Ministério Público, para que a intervenção do Estado ocorra quando for acionado — afirmou.

Segundo Nogueira, a lei deverá definir os parâmetros em que a negociação coletiva terá efeito de lei.

Emprego

Para tratar do tema da terceirização, o Ministério do Trabalho formou um grupo com técnicos do órgão e dois representantes de cada uma das centrais sindicais. Segundo o ministro, eles vão definir um contrato de serviço especializado. O grupo pretende pacificar e criar um ambiente de segurança jurídica para combater o desemprego.

— O contrato de serviço especializado vai definir, dentro de cada cadeia econômica, quais são as atividades que poderão ser objeto desse contrato. Então uma atividade que faz parte de um serviço especializado também está protegida pela representação sindical daquela determinada categoria — afirmou.

Relator: Código de Aeronáutica não pode ser entrave ao setor

A atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) não deve criar novas restrições ao setor e vai evitar dar poder demais aos órgãos reguladores, garantiu José Maranhão (PMDB-PB), relator da comissão especial responsável pela modernização dessa lei.

Em audiência pública no colegiado, ontem, foi exibido um depoimento gravado pelo ex-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) Ozires Silva com críticas ao anteprojeto apresentado pela comissão de especialistas, agora em análise pelos senadores (PLS 258/2016). Ozires qualificou o texto de “muito restritivo” e fruto das mesmas visões ideológicas que levaram à aprovação de leis que têm causado uma “forte crise” na aviação nacional.

Maranhão considerou que “empoderar demais” a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e outras agências que cuidam do setor foi um “erro grosseiro” cometido anteriormente pelo Congresso.

Aerodesporto

A aviação experimental e o aerodesporto, no entender da maioria dos participantes da audiência, também têm suas atuações “tolhidas” pelo texto do anteprojeto. Para o vice-presidente da comissão, Pedro Chaves (PSC-MS), o grande desafio do colegiado será dar segurança aos usuários sem prejudicar a capacidade de inovação que possuem os setores experimentais e desportivo.

Diretor da Associação Brasileira de Fabricantes de Aeronaves Leves (Abrafal), Luiz Claudio Gonçalves destacou que a própria aviação comercial precisa de uma aviação experimental forte.

— Não existe atividade aeronáutica que não comece pela experimental e com forte apoio governamental. Reprimir a aviação experimental é a mesma coisa que acabar com nossas indústrias em desenvolvimento, esperando

o desenvolvimento de outros países. Aliás, já estamos bem atrasados — disse.

A presidente da Comissão de Aerodesporto Brasileira (CAB), Marina Kalousdian, afirmou que o anteprojeto dos especialistas na prática “acaba com a livre iniciativa no setor”. Por isso, ela espera que o Senado opte por uma visão “mais liberal” da área.

— Geramos milhares de empregos e a qualidade do aerodesporto brasileiro é reconhecida mundialmente. Precisamos de regras claras, inclusive para a organização de nossos eventos, algo que fica muito restringido na versão do anteprojeto.

Segurança

O presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Aeronaves Leves, Gustavo Albrecht, pediu a diferenciação entre a aviação experimental, com protótipos de fábrica e construção amadora, e os aviões homologados. Também sugeriu a criação da categoria de certificação especial, para classificar as aeronaves de uso militar que foram retiradas do serviço ativo.

Já o presidente da Associação Brasileira de Vítimas da Aviação Geral e Experimental (Abravagex), Augusto Fonseca, disse que a lei atual é “cheia de ilegalidades”. Para Fonseca, que perdeu um filho de 19 anos durante um voo experimental, as autoridades da Anac estariam cometendo crimes de improbidade administrativa ao criar normas em desacordo a tratados internacionais assinados pelo Brasil relativos à segurança nesses voos.

— Isso vai ter que ser resolvido na Justiça ou no Parlamento. Há excelentes indústrias no Brasil, mas a legislação atual infelizmente ainda dá espaço para a atuação de péssimas.

Segundo o representante da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves do Nordeste, Kleber Rangel, a Anac é formada por “acadêmicos que não entendem nada de aviação”.



Pedro Chaves (C) e José Maranhão (3º à dir.) debatem aviação experimental

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Debatedores apoiam regularização ambiental

Medida provisória que amplia o prazo para o cadastramento dos pequenos produtores, instituído pelo novo Código Florestal, foi discutida ontem e pode ser votada hoje

A PRORROGAÇÃO DO período de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) para 5 de maio do próximo ano foi discutida ontem em audiência pública. O objetivo foi preparar a análise do relatório do deputado Josué Bengtson (PTB-PA) sobre a Medida Provisória 724/2016, que estende o prazo. A votação do parecer na comissão mista sobre a MP está prevista para hoje, a partir das 14h30.

Na opinião dos participantes do debate, a medida é importante por permitir a ampliação do cadastro das propriedades dos agricultores familiares e por trazer segurança jurídica para os produtores rurais. O prazo acabaria em 5 de maio deste ano.

Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Eliziário Noé Toledo disse que a MP é um instrumento de garantia de direitos para o produtor rural, principalmente os da agricultura familiar. Ele afirmou que já foram feitos cerca de 3,5 milhões de cadastros, restando ainda cerca de 2 milhões por fazer. Toledo reclamou do baixo investimento do país na agricultura, que, segundo ele, não chega a 1% do Orçamento da União.

Para o coordenador de Gestão e Finanças da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf), Lázaro de Sousa Bento, a prorrogação era necessária, por permitir o avanço do cadastro dos agricultores familiares.

Segundo o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus



Toledo, da Contag, avalia a medida provisória na audiência, ao lado de Brito, da CNA, do senador Dalirio Beber, do deputado Josué Bengtson e de Bento, da Fetraf

de Brito, o cadastramento das propriedades rurais deve ser algo permanente, até pelas grandes dimensões do país. Ele destacou que a MP vai trazer segurança jurídica ao produtor, que poderá ter sua propriedade legalizada.

De acordo com o coordenador de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, João Claudio da Silva Souza, a MP tem o mérito de ter um “caráter pacificador”. Ele lembrou que, sem a regularização do cadastro, o produtor rural não pode contratar crédito com juros diferenciados.

Vice-presidente da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Fábio Camargo disse que muitas discussões ficam a cargo da União e dos estados, enquanto os municípios são esquecidos. Camargo pediu que o governo pense em um cadastro para as propriedades no âmbito das cidades, nos mesmos moldes do CAR, para auxiliar nos planos municipais de expansão territorial.

— Mais importante que o cadastro em si, é o uso dele.

Com um cadastro para os municípios, poderemos ampliar a responsabilidade ambiental dentro das cidades — afirmou.

Emenda

Para Dalirio Beber (PSDB-SC), os municípios deveriam ter mais poder de decisão sobre questões ambientais. O senador apresentou emenda à MP para prever que, nas áreas urbanas, as larguras das áreas de preservação permanente (APPs) marginais aos rios sejam definidas nos planos diretores e nas leis municipais de uso do solo. Na legislação atual, o tratamento dado a essas áreas é o mesmo das zonas rurais. Segundo o senador, são realidades diferentes e o município é que tem condições de saber como tratar a questão.

Na visão de Bengtson, o ideal seria que cada estado estabelecesse o prazo adequado para concluir o cadastramento rural. Ele disse que os estados têm realidades e recursos muito diferentes para atender a um prazo único. O deputado disse duvidar que todos os

estados tenham condições de completar o cadastro até maio de 2017. Bengtson admitiu preocupação com possíveis conflitos entre o texto da MP e a lei vigente.

O chefe da Assessoria Jurídica do Serviço Florestal Brasileiro, André Alcântara, disse que não vê “nenhum tipo de choque” entre a legislação e a MP. Segundo ele, a lei atinge todos os produtores, enquanto a MP tem foco no pequeno. Alcântara acrescentou que o cadastramento tem caráter permanente e a MP vem reforçar a importância do cadastro rural.

— O objetivo final do cadastro é ser instrumento para a implantação de políticas públicas — declarou.

Registro obrigatório

A MP 724 estende os prazos para inscrição no CAR e para adesão ao PRA. O CAR é um registro eletrônico obrigatório criado pelo novo Código Florestal para permitir a identificação e a regularização das propriedades rurais.

Só quem atualizou o CAR

pode aderir ao PRA, que é um conjunto de iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais para preservação de suas terras.

A medida contempla exclusivamente pequenos produtores com até quatro módulos fiscais, terras indígenas demarcadas e demais áreas tituladas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território.

A Lei 13.295/2016 (que foi derivada da MP 707/2015), publicada em junho, já havia estendido o prazo para todos os produtores rurais se inscreverem no CAR. No entanto, a MP 724 continuou tramitando por dispor também sobre o prazo para inscrição no PRA, assunto que não foi tratado pela lei. A medida tramita em regime de urgência e sua vigência foi prorrogada para 1º de setembro.

A comissão mista que analisa é presidida pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT) e tem o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) como relator-revisor.

Comissão condena violência contra os sem-terra no Paraná

A violência sofrida pelos sem-terra do acampamento Dom Tomás Balduino, na região de Quedas do Iguaçu (PR), foi condenada ontem pelos senadores da Comissão de Direitos Humanos (CDH), durante debate do ciclo sobre “A crise política, econômica, social e ética no Brasil, à luz dos direitos humanos”.

Ficou acertado que os dados levantados sobre a situação do acampamento serão enviados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Integrantes das Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara deverão visitar o local em data a ser marcada.



Paulo Paim (2º à esq.) ouve Leure Ritta, do MST, na mesa composta por Bernardino Silva (E) e Rudmar Moeses (D)

Os conflitos foram relatados pelo advogado do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Bernardino da Silva, pela representante do MST do Paraná, Leure Ritta, e por um dos membros da

direção do acampamento, Rudmar Moeses.

Segundo Leure, policiais e seguranças privados têm usado de violência contra o acampamento e a maioria dos crimes fica impune. De acordo

com a Pastoral da Terra, os conflitos já provocaram quase 50 mortes só no ano passado, motivados principalmente por disputas de terras, madeira e água.

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

disse que há uma verdadeira campanha contra os acampados.

— Há muito preconceito, muita campanha pra tentar dizer que eles prejudicam a ordem, o emprego, a cidade, o desenvolvimento — afirmou a senadora.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), condenou a violência na região e defendeu a reforma agrária.

— Num país capitalista mesmo, a reforma agrária já aconteceu. O trabalhador tem direito à posse da terra para produzir alimentos e baratear os preços. Aqui a resistência à reforma agrária ainda é enorme — lamentou.